

Documento Base



Documento Técnico da
Plataforma de Formação Continuada do
Ministério da Educação



Documento Base

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DE FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Documento Base

BRASÍLIA, DF
2021

Equipe de produção

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Elizandro Maurício Brick
André Ary Leonel
Erick Kallel Peixer Carraro
Giuliano Vieira Benedet
Guilherme Chiappa
Inara Fonseca
Juliano Camilo
Luiza dos Santos Moreira
Maria Carolina Machado Magnus
Silvio Domingos Mendes da Silva

PROJETO GRÁFICO

Erick Kallel Peixer Carraro

ILUSTRAÇÕES

Giuliano Vieira Benedet

DIAGRAMAÇÃO

Lara Souza Benedet

REVISÃO TEXTUAL

Brenda Pires
Débora Machado Gonçalves
Diego Rodrigues Lopes



CC - O conteúdo está licenciado pelo *Creative Commons* para uso Compartilhual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0). Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que sob a mesma licença ou similar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

José Roberto Ribeiro Junior

EQUIPE TÉCNICA DA CGFORG/DIFOR

Eva Maria Ferreira Silva
Fabíola Carvalho Dionis
Gabriel Portilho Moreira
Janete Mércia da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

COORDENAÇÃO-GERAL DO PROJETO

Elizandro Maurício Brick

EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA

Homero Farias
Maria Eduarda dos Santos Teixeira

EQUIPE DE GESTÃO

Elizandro Maurício Brick
Fernanda Stoeberl
Francisco Fernandes Soares Neto
Guilherme Chiappa
Homero Farias
Maria Eduarda dos Santos Teixeira
Matheus Cardoso da Cunha
Pamela Angst
Thaís Camata

EQUIPE DE DESIGN

Brunna Caroline Casagrande
Caroline dos Santos Silva
Erick Kallel Peixer Carraro
Francisco Moraes de Francisco
Gabriela Marçal Nunes
Ketlin Souza Nunes
Lara Souza Benedet
Larisse Pontes
Luciana Marasca Wiener
Luciano Gomes Teixeira

EQUIPE DE PESQUISA

Ana Luíza Casasanta Garcia
Antony Josue Corrêa
Crystiane Leandro Peres
Jonas Ambrósio Hamud
Mateus Testoni Carvalho
Pedro Roberto Meinberg Garcia Filho
Rodrigo Antônio de Mattos Toso

EQUIPE DE DESIGN EDUCACIONAL

Angella Monteiro Santiago
Heloisa Cargnin Domingos
José Antonio de Oliveira
Naomi Neri Santana
Thamires de Lazzari dos Santos

EQUIPE DE ILUSTRAÇÃO

Giuliano Vieira Benedet
Leonardo Oliveira Cordeiro
Maria Augusta Scopel Bohner
Matheus Beppler do Amarante

EQUIPE DE REDATORIA

Bianca Nery Ribeiro Batista
Gabriele Oliveira da Silva
Júlia Boelter Nickel
Luiz Fernando Mendes de Almeida

EQUIPE DE VÍDEO

Dayane Ros
Leandro Capodeferro Lobo
Mateus Mendes Gigante
Thaísa Brandão Comber
Victor Toth Uehara

EQUIPE DE REVISÃO TEXTUAL

Brenda Pires
Débora Machado Gonçalves
Diego Rodrigues Lopes
Graziele Nack

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO

Bianca Martins Carlsen
Davi Magalhães Lima
Felippe Simoes Teixeira
Sther Mendonça Condé de Souza

EQUIPE DE SOCIAL MEDIA

Barbara Popadiuk
Leon Ferrari

Apresentação

O documento aqui apresentado constitui-se como o Projeto Político-Pedagógico da Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação (PLAF-MEC), desenvolvida no âmbito das políticas públicas de formação da Secretaria de Educação Básica (SEB). Este é um novo versionamento do Documento Base, que fez parte do projeto Portal de Formação Continuada do MEC (BRASIL, 2019).

O Ministério da Educação (MEC), no âmbito das suas competências, ao longo dos anos, tem desenvolvido diversas ações de formação continuada, com vista a qualificar os docentes e gestores para a melhoria da educação.

Os programas de formação continuada implementados pelo MEC, em parceria com os sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais, utilizavam a modalidade presencial de ensino. Com o passar dos anos, novas possibilidades surgiram no processo de formação continuada, o que fez o Ministério adotar outras condutas voltadas à política de qualificação dos profissionais da educação.

Com advento da internet e das tecnologias digitais na Educação a Distância, o MEC adotou essa modalidade para as formações dos profissionais da educação, por esta ser mais flexível, diversificada e por superar os obstáculos relacionados ao espaço e tempo, objetivando atingir todo o País. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 80, reconheceu a educação a distância como uma modalidade legítima de educação: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.”

Nesse sentido, o MEC vem atuando como agente estimulador da inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didáticos e pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados à introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

¹ As ferramentas síncronas do EAD são aquelas em que é necessária a participação do aluno e professor no mesmo instante e no mesmo ambiente – nesse caso, virtual. Assim sendo, ambos devem se conectar no mesmo momento e interagir entre si de alguma forma para concluírem o objetivo da aula.

² As ferramentas assíncronas do EAD são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual. Ou seja, não é necessário que os alunos e professores estejam conectados ao mesmo tempo para que as tarefas sejam concluídas e o aprendizado seja adequado.

As formações, consequentemente, passaram a ser executadas em regime de colaboração com os sistemas de ensino, Instituições de Ensino Superior e entidades educacionais, utilizando o formato da Educação a Distância. Assim, o MEC vem dando continuidade aos programas de formação continuada, por meio da Plataforma AVAMEC e outros ambientes virtuais de aprendizagem, com interação síncrona¹ e assíncrona² em escala nacional.

Em 2014, visando dar suporte à execução dos diversos programas de formação de profissionais da Educação Básica, foi elaborado o Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor). Nesse sistema é encontrado um conjunto de informações sobre os cursos e as ações de formação ofertadas pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela atual Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP/MEC).

Em 2017, o Ministério da Educação lançou a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, que consiste em um espaço dinâmico, com ferramentas de buscas eficientes e de fácil manipulação para os profissionais da educação, combinando um modelo de ambiente de conteúdos digitais com um modelo de rede social. Essa Plataforma faz parte do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

A Secretaria de Educação Básica do MEC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) iniciou o desenvolvimento da Plataforma de Formação Continuada do MEC, que se constituirá em um espaço de formação e desenvolvimento profissional para educadores, gestores, conselhos municipais, conselheiros escolares e comunidade escolar de todo o País. Por essa Plataforma, as formações poderão ocorrer a qualquer tempo e de diferentes formas: *on-line*, presencial ou híbrida; de forma autônoma ou mediada.

O intuito é melhorar e oportunizar a formação continuada para todo o território brasileiro, a fim de viabilizar a todo momento a personalização dos itinerários/roteiros de formação, conforme as especificidades de cada rede, tornando mais eficaz e eficiente a formação continuada dos Profissionais da Educação Básica das redes de ensino.

A Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação tem como principais objetivos: constituir-se como um ambiente de formação continuada perfazido por um repositório aberto de materiais pedagógicos digitais em diferentes linguagens (vídeos, textos em meio digital, apresentações, áudios e dados socioeducativos); apresentar-se como ferramenta que possibilite a busca de conteúdos e formações (por tipo, tópico, eixo, disciplina, problemas, entre outros); atuar como ferramenta de gestão da autoaprendizagem e acompanhamento global dos processos de autoaprendizagem dos usuários.

Para a construção do Projeto Político-Pedagógico da Plataforma de Formação do Ministério da Educação foram realizados encontros sistemáticos com os diversos agentes envolvidos no desenvolvimento da Plataforma. Dessa forma, possibilitou-se que, em uma perspectiva de Gestão, as diversas vozes pudessem ser ouvidas, a fim de compor um documento que possua uma ligação orgânica com o coletivo que nele trabalha e que reflita o trabalho já desenvolvido, além daquele em desenvolvimento.

Resulta disso uma primeira versão do Projeto Político-Pedagógico da Plataforma de Formação Continuada do MEC, esforço realizado por várias equipes de trabalho: Revisão textual; Design; Programação; Ilustração; Design Educacional; Redatoria; Gestão (supervisores e coordenação do Laboratório); Equipe Técnica-Científica-Pedagógica e Equipe de Consultoria.

O Projeto Político-Pedagógico da Plataforma de Formação Continuada do MEC, além de ser uma exigência legal (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96), sintetiza concepções, perspectivas e ações desenvolvidas no interior do projeto, resultante da parceria entre o Ministério da Educação e o Laboratório de Novas Tecnologias, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (LANTEC/CED/UFSC), instituição executora do projeto.

Este documento explicita a visão política e pedagógica acerca de uma plataforma digital, voltada aos profissionais da educação brasileira, com recursos abertos, numa perspectiva de autoformação e de gestão individualizada dos processos de aprendizagem.

Índice

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA **16**

Ações de formação da SEB – Contexto e histórico **19**

A proposta da Plataforma de Formação Continuada *on-line* **21**

JUSTIFICATIVA **24**

OBJETIVOS **28**

Objetivo geral **30**

Objetivos específicos **31**

PROPOSTA PEDAGÓGICA: AUTOFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO ABERTA **32**

Proposta de abordagem pedagógica dos conteúdos **38**

Desenho pedagógico dos materiais de autoformação **40**

COMO A PLATAFORMA PROMOVE OS PROCESSOS FORMATIVOS **44**

Conceitualização da Plataforma **46**

METODOLOGIA E PRODUÇÃO DOS MATERIAIS AUTOFORMATIVOS	48
Os materiais na Plataforma de Formação Continuada do MEC	53
<i>As Trilhas</i>	53
<i>Os Percursos</i>	54
<i>Os materiais autoformativos</i>	54
Materiais pedagógicos autoformativos e sistema de recomendação	55
<i>Desenho Pedagógico</i>	55
Equipe de produção de conteúdo	57
<i>A equipe de Design Educacional</i>	57
<i>A equipe de Redatoria</i>	57
<i>A equipe de Pesquisa</i>	58
<i>A equipe de Revisão Textual</i>	58
<i>A equipe de Ilustração</i>	58
<i>A equipe de Design Gráfico</i>	58
<i>A equipe Técnico-Científica-Pedagógica</i>	58
<i>A equipe de Programação</i>	58
<i>Equipe de Consultoria</i>	58

OS TIPOS DE MATERIAIS	60
Materiais pedagógicos voltados a dar subsídio a processos autoformativos	63
<hr/>	
SUJEITOS DA PLATAFORMA	68
O público da Plataforma	70
Instituições parceiras	71
<hr/>	
POTENCIALIDADES TECNOLÓGICAS E FUNCIONALIDADES DA PLATAFORMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO MEC	72
Descrição dos espaços e funcionalidades da Plataforma de Formação Continuada do MEC	75
<hr/>	
REFERÊNCIAS	82

1 A Secretaria de Educação Básica

Ações de formação da SEB – 19
Contexto e histórico

A proposta da Plataforma de Formação 21
Continuada *on-line*



A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. De acordo com o Ministério da Educação (MEC): “A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 2018). Com a incumbência de gerir essa proposta, foi criada, por meio da Lei nº 9.394/96, a Secretaria de Educação Básica (SEB).

A SEB é também responsável pela implementação de ações voltadas à gestão democrática do ensino público, ao apoio aos dirigentes municipais de educação, à formação dos servidores das escolas, a guias de livros didáticos, a relatórios de gestão e planejamento e à interação escola-família.

Por meio de tais funções, a SEB, então, faz o elo entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais com suas escolas de Educação Básica no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal.

A Educação Básica brasileira é hoje regulamentada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e, desde então, vem sendo alterada por várias outras leis e atos normativos que buscam aprimorar ou regulamentar suas demandas, conforme as necessidades. Também é norteadada pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1998, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2018).



Ações de formação da SEB – Contexto e histórico

Ao longo dos anos, o Ministério da Educação (MEC), no âmbito das suas competências, tem desenvolvido ações de formação continuada³, com vistas a qualificar os docentes e gestores. Os programas de formação continuada implementados pelo MEC, em parceria com os sistemas de ensino estaduais e municipais, utilizavam a modalidade presencial de ensino.

Segundo Alves (2011), é provável que as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, uma vez que os primeiros dados conhecidos são do século XX. Contudo, segundo a autora, é a partir da década de 1960 que ela assume uma forma de execução mais marcante.

Com o início da internet e a entrada de novas tecnologias digitais voltadas à educação a distância, o MEC passou gradativamente a adotar essa modalidade com a finalidade de superar obstáculos e atingir todo o País.

Em 2004, vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública foram implementados pelo MEC, por meio da EAD. Entre eles, merecem ser destacados (1) o Pró-letramento – Mobi-

³ São exemplos, dentre outros, de programas de formação desenvolvidos pelo MEC:

- Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR)
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
- Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)
- Programa Novos Talentos
- Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial
- Portal do Professor
- Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado.

lização pela Qualidade da Educação –, que foi um programa de formação continuada de professores, cuja finalidade era melhorar a qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental; e (2) Mídias na Educação, outro programa de educação a distância, estruturado em módulos, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso –, sendo seu público-alvo prioritário os professores da Educação Básica (BRASIL, 2018).

Porém, o processo de inclusão de novas políticas públicas não parou por aí. Para além da preocupação em disponibilizar formação para professores, o MEC preocupou-se também em capacitar a sociedade civil, via conselhos. Nesse sentido, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

De acordo com o MEC (2003), o Programa tinha como meta a estimulação da criação de novos conselhos municipais de educação, bem como o fortalecimento daqueles já existentes e a participação da sociedade civil na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, entre outras ações. O objetivo geral do Pró-Conselho era de qualificar gestores e técnicos das secretarias municipais de educação e representantes da sociedade civil para que pudessem atuar em relação à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle do uso das verbas da educação. A justificativa para tanto se dava, pois, os conselhos municipais de educação têm a função de articular e mediar as demandas educacionais junto aos ges-

tores municipais, de tal sorte que desempenham funções normativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora.

Em 2014, visando dar suporte à execução dos diversos programas de formação de profissionais da Educação Básica, foi elaborado o Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor). Nesse sistema, é encontrado um conjunto de informações sobre os cursos e as ações de formação oferecidos pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela atual Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP/MEC).

Em 2017, o Ministério da Educação lançou a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, que consiste num espaço dinâmico, com ferramentas de buscas eficientes e de fácil manipulação para os profissionais da educação, combinando um modelo de ambiente de conteúdos digitais com um modelo de rede social. Essa Plataforma faz parte do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

A Secretaria de Educação Básica do MEC, desde 2017, está desenvolvendo, em parceria com a UFSC e instituições brasileiras, a Plataforma de Formação Continuada do MEC (PLAF/MEC), um espaço de formação e desenvolvimento profissional para educadores, gestores, conselhos municipais, conselheiros escolares e comunidade escolar de todo o País. A PLAF surge nesse contexto como uma plataforma *on-line* que promove processos de autoformação, podendo também, através dos materiais, subsidiar formações a distância, presenciais ou híbridas de forma mediada.



A proposta da Plataforma de Formação Continuada *on-line*

Uma plataforma, seja de forma física ou metafórica, constitui-se de uma base ou de um suporte. No universo virtual, plataforma pode ser definida como um sistema ou ambiente que permite a integração de diferentes aplicativos, conteúdos e mídias, de modo a oferecer acesso a informações sistematizadas e possibilidades de interações a usuários, em muitos casos por meio da internet.

21

São exemplos de plataformas:

1. GoogleSearch e AdWords, que permitem conectar pessoas que querem fazer anúncios com aquelas que estão fazendo buscas na internet.
2. Facebook, que se constitui, entre outras coisas, de um ambiente no qual pessoas podem se conectar e trocar informações, sejam elas amigas ou anunciantes (empresas, artesãos, pessoas vendendo qualquer tipo de produto ou serviço) e seus potenciais clientes.
3. Amazon Kindle, uma plataforma que permite editoras e autores publicarem livros em formato digital.

⁴ O conceito de autoformativo será abordado adiante, em item específico.

Dentro dessa perspectiva, a Plataforma de Formação Continuada do MEC constitui-se de um ambiente virtual de formação, no qual profissionais ligados à educação têm acesso a materiais pedagógicos autoformativos⁴ produzidos, organizados e disponibilizados por diversas instituições brasileiras.

A Plataforma de Formação Continuada do MEC incorpora um sistema de gestão da aprendizagem, que pressupõe e promove autonomia do usuário para organizar seus próprios tempos e conteúdo de interesse, ao passo que oferece formações de forma estruturada e sistemática.

2 Justificativa



De modo bastante sintético, a Plataforma de Formação Continuada do MEC estabelece relações (representadas pela Figura 1) entre seu público-alvo (atores), as instituições que produzem, organizam e disponibilizam materiais autoformativos e o Ministério da Educação. A Figura 1 mostra como se organiza a rede de relações na Plataforma.

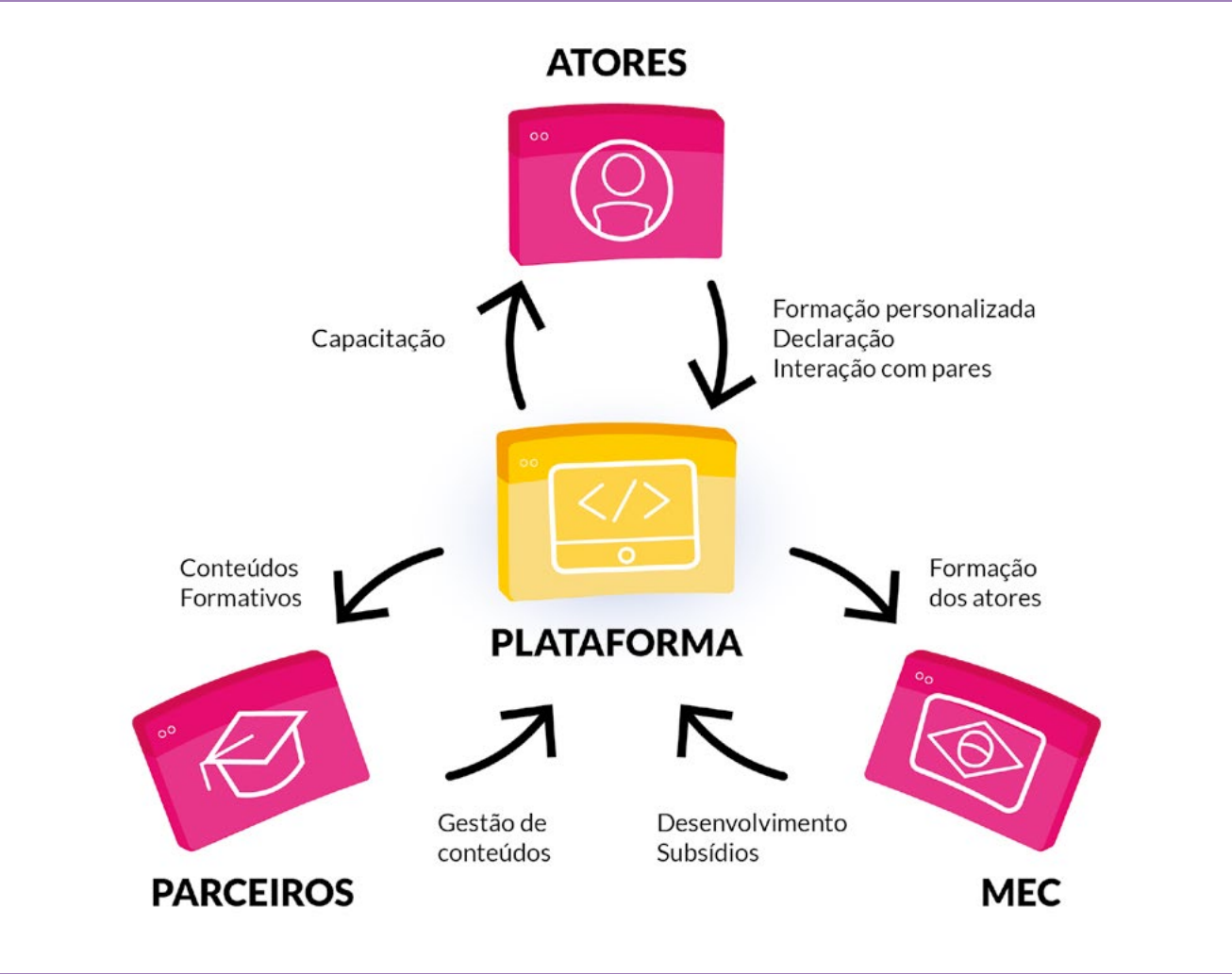


Figura 1: Rede de relações da Plataforma de Formação Continuada do MEC.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Espera-se que o público-alvo, na sua relação com a Plataforma, tenha:

1. possibilidade de formação continuada e de qualidade;
2. acesso aberto (sem necessidade de cadastro);
3. formação personalizada;
4. linguagem atual;
5. oferta de conteúdo formativo de qualidade;
6. sistema de apoio à formação personalizada (ferramentas de recomendação, progresso de leitura e favoritação);
7. oferta de Declaração de Conclusão de trilhas e materiais de aprendizagem.

A Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação foi concebida visando oferecer formações continuadas em temáticas variadas para um público bastante amplo que atua em diversos setores do universo educacional brasileiro: professores, gestores, técnicos educacionais,

familiares, grêmios estudantis, dentre outros. Nesse sentido, amplia-se as possibilidades de formação a um público que carece de formação profissional complementar, seja para conhecimento específico ou para progressão de carreira.

Além disso, a Plataforma de Formação Continuada do MEC conta com a incorporação de dados socioeducacionais disponíveis em diversas bases, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), facilitando o acesso a tais dados e promovendo uma interação didática que visa análises mais consistentes e aprofundadas sobre a realidade educacional brasileira.

Diante do exposto anteriormente acerca das necessidades formativas dos profissionais do universo educacional brasileiro e das potencialidades das formações por meio de tecnologias digitais, justifica-se o desenvolvimento da Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação, que se efetiva como um ambiente aberto, que permite a gestão dos processos de aprendizagem, com materiais formativos acessíveis, criados para contribuir com o enfrentamento dos desafios práticos dos diversos profissionais da educação.

3 Objetivos

Objetivo geral	30
----------------	----

Objetivos específicos	31
-----------------------	----





Objetivo geral

30

Desenvolver a Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação (PLAF/MEC), na perspectiva de autoformação, constituída por um repositório público de materiais pedagógicos autoformativos hipermidiáticos, com ferramentas que possibilitem a busca de conteúdo, a gestão dos processos de autoaprendizagem e o *download* dos materiais para uso em outros contextos formativos.



Objetivos específicos

1. Promover processos de formação continuada aberta a partir de conteúdos autoformativos em diferentes linguagens.
2. Propiciar o acesso a materiais, ambientes de formação e cursos promovidos pelo MEC e demais parceiros.
3. Disponibilizar um sistema de recomendação de conteúdos pedagógicos digitais que considere o perfil dos usuários e vise contribuir com a construção de percursos de aprendizagem a partir de suas demandas.
4. Propiciar a emissão de declarações de conclusão de materiais autoformativos a partir de um sistema de emissão construído e fundamentado em critérios pedagógicos.
5. Indicar possíveis critérios pedagógicos para emissão de declarações de conclusão de trilhas autoformativas.
6. Disponibilizar uma área de gestão dos conteúdos para o acompanhamento de seus usos por gestores, usuários e instituições.
7. Disponibilizar, a partir de uma abordagem didática, um sistema de gestão e apresentação de dados socioeducativos, possibilitando aos usuários leituras que favoreçam análises integrais, relevantes e consistentes.

4 Proposta pedagógica: autoformação e educação aberta

Proposta de abordagem pedagógica dos conteúdos 38

Desenho pedagógico dos materiais de autoformação 40



A formação humana é um processo que ocorre continuamente, seja por meio de formas mais tácitas, como a apropriação de uma cultura, seja por meio de formas menos implícitas e mais dirigidas, como na educação formal. Além disso, a formação ocorre continuamente a partir da interação com o outro (heteroformação), com o meio que nos circunda (ecoformação) e conosco mesmo (autoformação), quando tomamos consciência das formas pelas quais aprendemos, das formas pelas quais funcionamos (GALVANI, 2002), com a possibilidade de conduzir nossos processos formativos.

34

Nesse sentido, a autoformação é constitutiva de todos os sujeitos que se formam a partir dos contextos dos quais fazem parte e tem como agente formador a própria sociedade (VIEIRA PINTO, 2010).

No entanto, há nesses contínuos processos de formação não somente o desenvolvimento de potencialidade humanas, mas, também, a reprodução de estereótipos, preconceitos e formas limitantes de atuação na realidade, não apenas como manifestações particulares e locais, porém amplamente cristalizadas e estabilizadas ao longo do tempo em diversos lugares: livros didáticos, páginas da internet,

propagandas midiáticas, imagens, formas corriqueiras de linguagem etc.

Diante disso, a Plataforma de Formação Continuada do MEC assume uma posição frente às diferentes formas de conhecimento e aos modos pelos quais eles são produzidos, circulados pela sociedade e incorporados por determinados grupos sociais. Isso porque os conhecimentos especializados, em específico os relacionados à formação de profissionais da educação, em muitos casos ficam inertes ao contexto social concreto onde atuam os profissionais, enclausurados

na esfera acadêmica, sem mostrar sua potência na transformação das práticas vigentes ou responder aos desafios práticos dos profissionais protagonistas da Educação Básica.

Assumir uma perspectiva de autoformação ou de aprendizagem aberta não significa, no entanto, estar isento de intencionalidades pedagógicas. Ao contrário, exige um constante aprofundamento no modo pelo qual a aprendizagem, os materiais pedagógicos e as relações aprendiz-plataforma, aprendiz-aprendiz, aprendiz-material são concebidos, a fim de que o centro da atividade pedagógica seja o sujeito que aprende.

Para Garrison e Baynton (1987), existe a autoformação quando o sujeito da aprendizagem passa a controlar seu processo formativo, analisando informações, resolvendo problemas e tomando decisões sobre sua própria aprendizagem, ou seja, sendo responsável por ela. A partir dessa mesma discussão, Knowles (1986) reforça a importância da pesquisa sobre a aprendizagem autodirigida⁵ na área da educação de adultos, apontando a necessidade de uma melhor definição sobre tal conceito. Para ele, em um sentido mais amplo, aprendizagem autodirigida descreve o processo por meio do qual:

[...] os indivíduos tomam a iniciativa de, com ou sem a ajuda de outros, diagnosticar as suas necessidades de aprendizagem, formular objetivos de aprendizagem, identificar os recursos humanos e materiais para aprender, escolher e implementar as estratégias apropriadas e avaliar os resultados obtidos na aprendizagem. (KNOWLES, 1986, p. 18).

Ao analisar processos autoformativos entre adultos, Moura (1997) constata que: a) o processo de aprendizagem autodirigida não é linear; b) o desenvolvimento do projeto de aprendizagem é dependente das circunstâncias do contexto; c) cada projeto de aprendizagem tem um percurso e história singulares; e d) o processo de aprendizagem é marcado por oscilações devido a acontecimentos inesperados (problemas de saúde, mudanças no trabalho, relacionamento familiar, falta de tempo), que podem modificar ou encerrar a autoformação.

⁵ Conceito que possui grande sintonia com o que aqui estamos chamando de autoformação.

No entanto, considerando a complexidade do fenômeno de autoformação, é fundamental também destacar que esse processo não significa necessariamente o isolamento do aprendente. Na sua individualidade, o aprendente estará interagindo com/sobre os conteúdos da Plataforma, que estarão expressos/apresentados por meio das linguagens escrita, oral, imagética etc., e produzindo sentido com/sobre eles, que, segundo Salmon (2004, p. 226), é “[...] um processo para entender o significado relacionado com conceitos conhecidos para assim convertê-lo em conhecimento útil para o indivíduo.”

Salmon (2004) enfatiza, ainda, que o processo de dar sentido à informação recebida é potencializado nas trocas: “[...] aprendemos na interação com os outros. O processo de aprendizagem é social.” (SALMON, 2004, p. 226).

Garrison (1992) destaca que o aprendente sempre é outro autor preocupado em destacar que a aprendizagem autodirigida não significa o isolamento do aprendente, pois ele interage com outras pessoas. Ao longo do processo de aprendizagem, o aprendente aceita ideias, recebe apoio, desenvolve expectativas e perspectivas. Essas interações são muito importantes, pois “[...] o maior conhecimento que vão adquirindo lhes permite serem capazes de fazerem opções, avaliarem o seu percurso, e decidirem o que é melhor ou pior para o seu trabalho.” (MOURA, 1997, p. 283).

Além disso, o conceito de comunidade de prática nos traz potencialidade para pensarmos espaços autoformativos. Para Lave e Wenger (1991), “comunidade de prática” indica uma forma de organização entre indivíduos na qual todos estão comprometidos com os processos de aprendizagem, tanto aqueles que já são especialistas no assunto em torno do qual a comunidade se articula quanto aqueles que estão se aproximando dela, por meio de uma “participação periférica legítima.”

Os diferentes modos de engajamento e de participação visam uma aprendizagem mais efetiva. Nesse processo se dá a participação colaborativa de sujeitos sociais, históricos e culturalmente localizados na construção conjunta de significados, mediada por instrumentos hipermediáticos (textos, imagens, vídeos, sons etc.), quer seja de modo presencial, quer seja no mundo digital. Para Dalkir (2005), uma comunidade de prática pode ser entendida como:

Uma rede informal, um grupo de afinidade ou rede de informações que fornece um fórum onde os membros podem trocar dicas e gerar ideias; um grupo de profissionais que tentam enfrentar os problemas comuns e que se esforçam para resolver, entre si, com o objetivo de melhorar seu desempenho profissional. Um grupo de profissionais informalmente vinculados entre si através da exposição a uma classe comum de problemas, a busca de soluções e assim incorporam conhecimentos. Um grupo de profissionais que se mantém ligado por práticas e crenças comuns. (DALKIR, 2005, p. 331).

No geral, as comunidades de prática podem ser caracterizadas a partir da presença de três aspectos: a) domínio: o foco da comunidade, sua temática; b) comunidade: os membros que a compõem; e c) prática: vivências, práticas e saberes que estruturam as discussões da comunidade (MOURA, 1997).

Nesse sentido, é possível criar uma relação entre profissionais que busquem discutir temáticas que envolvem suas experiências. Para isso, é importante que exista um fluxo de informações capaz de ser desenvolvido tanto como processo individual de autoaprendizagem quanto como processo coletivo, na perspectiva de que todos compartilhem interesses e conhecimentos, com o propósito de melhorar e aprimorar as respectivas práticas profissio-

nais. Como descreve Mello (2002, p. 76), trata-se de “[...] uma miríade de comunicações simultâneas de um com um, de poucos com muitos, de muitos com poucos, de muitos com muitos e de todos com todos.” Isto é, um novo espaço pedagógico em que se constroem aprendizagens e no qual se produz conhecimento; os contextos e as interações ganham outros contornos e podem responder às expectativas e necessidades tanto de indivíduos quanto de grupos (AMANTE *et al.*, 2008).

A Plataforma oferece uma proposta interativa entre os usuários, oferecendo uma aprendizagem baseada nas diversidades individuais e na capacitação do aprendente, trabalhando no desenvolvimento de sua autonomia nos processos de construção de outros e novos conhecimentos, em conformidade com seu local e tempo disponibilizado. Essa proposta se dispõe a contextualizar e interagir a realidade e o trabalho que são realizados nas escolas com os conteúdos e conceitos construídos e explorados nas trilhas, nos percursos e nos cursos de formação. Objetiva-se, também, desenvolver com os aprendentes o hábito de pesquisar, aprender e ensinar via meio digital, construindo novos conhecimentos e implementando suas expertises educativas.

A autoformação como uma possibilidade oferecida ao aprendente representa um fator de inovação na política de formação, pois encontra-se no contexto atual onde as iniciativas são, comumente, baseadas em formações mediadas. Esses conteúdos se constituirão de materiais pedagógicos que estarão disponibilizados nos formatos de trilhas, as quais, por sua vez, consistem em agrupamentos de materiais a partir de atributos, como temáticas, atuações profissionais, tempo de dedicação etc., e, principalmente, são orientados por objetivos pedagógicos específicos. Des-

sa maneira, o usuário poderá realizar formações específicas e orientadas segundo determinada demanda.

Para apoiar o processo autoformativo, a Plataforma disponibilizará de algumas ferramentas para a gestão pessoal de aprendizagem. Será possível destacar os materiais pedagógicos, salvar o progresso de estudos da trilha, se organizar com o tempo de estudos e fazer anotações em um caderno pessoal. Ainda, a Plataforma contará com um sistema de recomendação, baseado nas temáticas e na atuação profissional, que possibilitará a previsão das preferências dos usuários com o objetivo de sugerir novos itens ou conteúdo de seu possível interesse.

A autoformação oferece liberdade para que o aprendente decida qual percurso de aprendizagem melhor se enquadra aos seus objetivos e às suas necessidades, como também para definir o período de finalização dos estudos que iniciou. Mas não significa aprender sozinho. A interação entre pares é importante para permitir trocas de experiências, especialmente com o objetivo de ampliar a percepção sobre “o mundo”, particularmente sobre os contextos educacionais do País, que são muito diversos. Cabe ressaltar, ainda, que a ideia de uma plataforma de autoformação não substitui nem anula a importância de formações presenciais, as quais possuem características diferentes, implicando aprendizados igualmente distintos.

A Plataforma incentiva que o aprendente troque as experiências com outros ao início de uma trilha, mostrando que se pode aprender sozinho, mas que os frutos da aprendizagem devem ser compartilhados.

Além disso, também existe a função de compartilhar para recomendar os materiais, as trilhas e os percursos entre colegas.



Proposta de abordagem pedagógica dos conteúdos

38

As ações intencionadas nesta Plataforma passam essencialmente pelas questões pedagógicas e implicam mobilizações de métodos próprios e que estejam em sintonia. Assim, torna-se importante trazer à discussão uma abordagem pedagógica e, na especificidade desse contexto, destacar a importância que damos ao método. Não entraremos, nesse momento, no mérito de conceituá-lo; por ora, apenas explicitamos que, segundo Gil (2008), o método é fundamental, mas ele sozinho não é suficiente para garantir que a ciência progrida. Além dele, é preciso criatividade, imaginação e o exercício da inteligência e da reflexão.

No âmbito da ciência, durante muito tempo se deu grande importância para o método expositivo, que tem característica de abordagem tradicional de ensino, ou seja, concentra seus princípios na ação do docente, em detrimento ao aprendente, tendo como base a garantia do processo de aprendizagem. Aqui, julga-se que todos

os aprendentes assimilem da mesma forma e não consideram seus conhecimentos prévios, a realidade de cada um. Essa perspectiva orienta muitas experiências pedagógicas e desconsidera as especificidades dos aprendentes. Essa visão, porém, aos poucos, com a inclusão de novos cientistas e pesquisadores de diversas áreas, sofreu alterações de pensamento filosófico e metodológico. Podemos citar, como exemplo, alguns desses intelectuais que mudaram a forma do pensar pedagógico durante o século XX: Jean Piaget, Humberto Maturana, Lev Vygotsky, entre outros.

Esses pesquisadores deram um novo olhar aos métodos de pesquisas na área de educação.

Nas suas perspectivas, são acentuadas a importância de se provocar a participação do aprendente e de dar mais vazão às formas de pesquisas participativas, nas quais as centralidades deixam de ser apenas os docentes e são divididas ou compartilhadas com todos os atores do processo.

No caso específico da Plataforma de Formação Continuada do MEC, essa participação se dará numa proposta em que se preveem vários níveis de ampliação e de concepções e considera a importância do personagem principal dos aprendentes no arranjo das noções por trilhas – compostas por materiais

pedagógicos de determinada temática, organizados, intencionalmente, por percursos –, com a articulação de materiais pedagógicos pelos interesses pessoais dos aprendentes, e por materiais formativos – aqueles confeccionados pelo LANTEC/UFSC, sob consultoria de especialistas dos temas propostos.





Desenho pedagógico dos materiais de autoformação

40

Ao pensarmos no desenho dos materiais autoformativos, buscaremos considerar as condições concretas dos profissionais da educação. Isso significa reconhecer o curto período de tempo disponível que esses profissionais têm para se dedicar exclusivamente à sua formação. Significa reconhecer também o contexto mais amplo no qual estamos inseridos, no qual as tecnologias digitais de informação e comunicação têm acelerado os tempos e conectado os espaços.

Os materiais pedagógicos autoformativos estão inseridos no contexto *on-line*, o qual possui características próprias que possibilitam um modelo narrativo hipertextual, interativo, multimídia e personalizado. Nesse sentido, é importante atentar para as especificidades do meio e suas potencialidades, de modo a construir materiais criativos que atraiam a atenção do aprendente. Ressaltamos que pesquisas sobre Educação a Distância indicam que o tempo médio que um aprendente permanece ativo é inferior a uma hora.

Como estratégia para a superação da atenção limitada, optamos por uma linguagem clara, objetiva e mais próxima possível do cotidiano. Além disso, os materiais autoformativos precisam ser curtos e autocontidos, isto é, que propiciem a cada acesso à Plataforma – estimado entre 30 e 60 minutos – uma sensação de finalização e que motive o aprendente a retornar a outros materiais.

Outro aspecto importante é que os materiais estabeleçam relação com a dimensão prática das atividades dos profissionais da educação. Ou seja, que busquem fornecer subsídios para superar os desafios práticos vivenciados por esses profissionais e também para inspirá-los com práticas potencializadoras já vigentes. Por outro lado, a superação dos próprios desafios práticos passa necessariamente por uma mudança no olhar para esses desafios, o que remete a momentos do material em que haja aprofundamentos conceituais, caracterizando um material formativo e não apenas informativo.

Os materiais de autoformação presentes na Plataforma de Formação Continuada do MEC serão pensados, então, a partir da conjunção de três domínios: dos desafios práticos, dos conceitos e das boas práticas (Figura 2).

No domínio dos desafios práticos, o material autoformativo procura ilustrar situações-problema ou desafios a serem superados pelo respectivo perfil de profissional para o qual o material é endereçado. É por meio de tal ilustração que o aprendente tem a oportunidade de se identificar com a situação-problema, iniciar uma caracterização mais aprofundada dela e o reconhecimento do seu lugar nessa situação.

No entanto, considerando que uma caracterização inicial não é suficiente para a superação de uma situação-problema, que implica olhar para as situações de outros pontos

de vista, o domínio dos conceitos traz aprofundamentos teóricos, que visam propiciar uma análise mais complexa da situação apresentada. Os conceitos, dada a complexidade da situação-problema, são oriundos de diversos campos do conhecimento e estão ali apresentados de forma interdisciplinar e não fragmentada. O aprendente, ao apropriar-se de tais conceitos, tem a oportunidade de ir além da caracterização inicial e adentrar o mundo analítico.

Por fim, o aprendente é convidado a transportar o ferramental descritivo e analítico para se inspirar em outras situações reais de superação, vivenciadas por profissionais da educação, e com isso ser instigado a olhar para transformações necessárias no seu próprio cotidiano, de modo que a aprendizagem se efetive para além “das telas” da Plataforma de Formação Continuada do MEC.

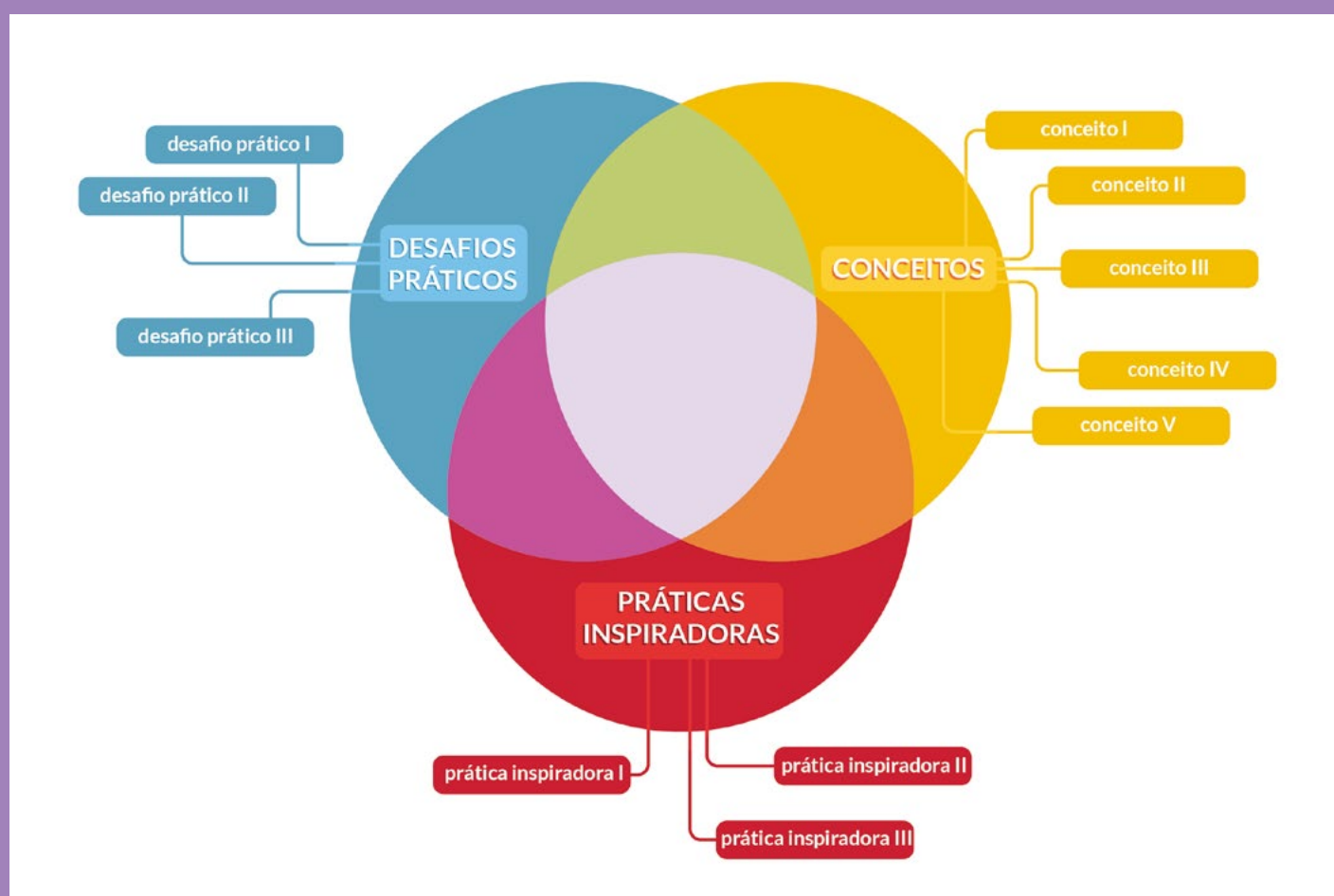


Figura 2: A natureza do material autoformativo.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Os materiais formativos, apresentando, cada um deles, as dimensões do desafio prático, dos conceitos e das boas práticas, não estão, no entanto, isolados dentro do universo da Plataforma de Formação Continuada do MEC. Cada uma dessas dimensões é capaz de conectar-se com as respectivas dimensões de outros materiais, permitindo a complexificação da caracterização dos desafios práticos, do ferramental conceitual-analítico e das boas práticas conseguidas a partir da interação com o material autoformativo (Figura 3). Nesse sentido, a articulação entre materiais autoformativos evidencia também as mesmas dimensões, porém de uma forma mais ampliada, não só de forma quantitativa, mas também na qualidade dos problemas a serem caracterizados, analisados e superados.

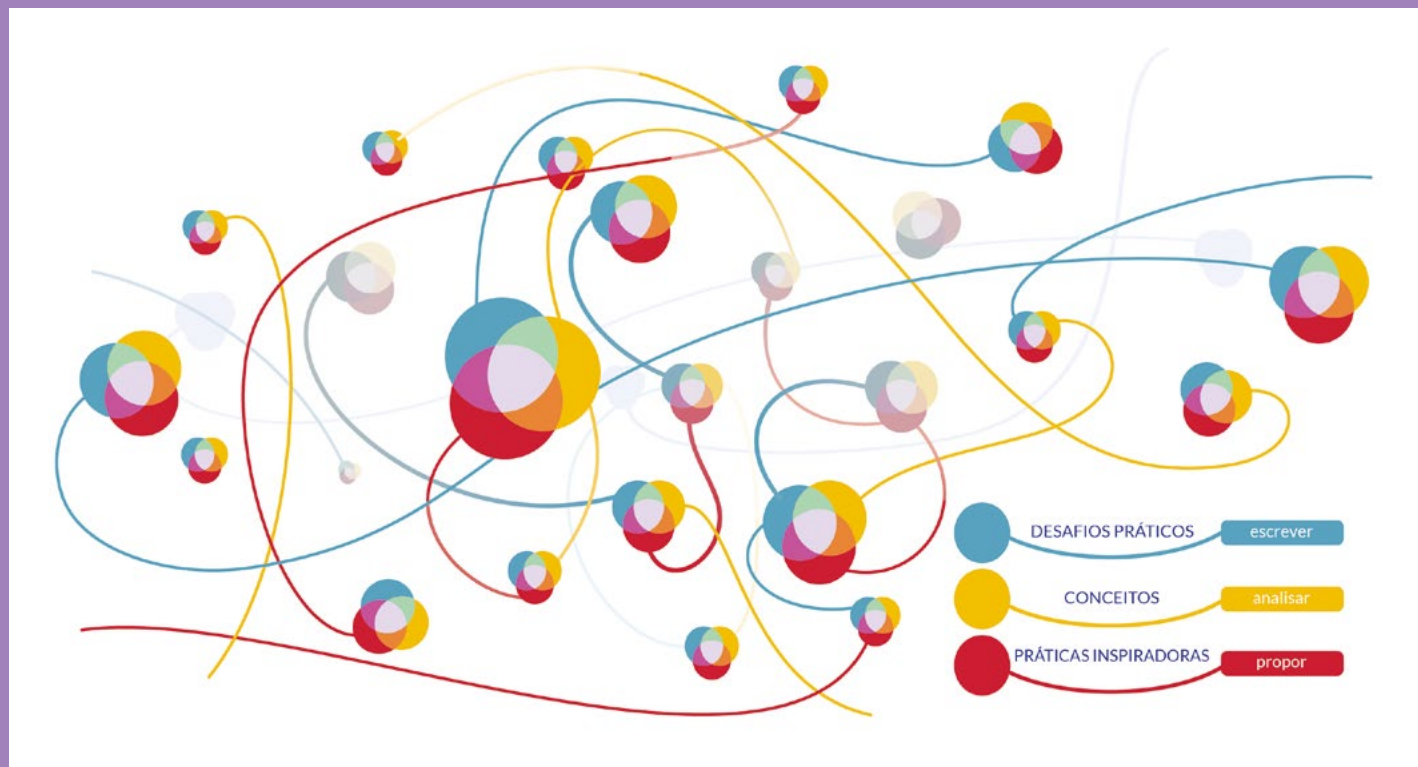


Figura 3: Articulação entre materiais autoformativos e a complexificação das suas dimensões.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

5 Como a Plataforma promove os processos formativos





Conceitualização da Plataforma

46

A Plataforma de Formação Continuada do MEC consiste em um espaço formativo que abriga formações com diferentes metodologias (materiais autoformativos e informações sobre cursos externos). Ela é destinada aos professores da Educação Básica, aos coordenadores pedagógicos, aos gestores escolares, aos dirigentes municipais e estaduais de educação, às equipes técnicas das secretarias, aos conselheiros escolares, aos conselheiros municipais, às mães, aos pais e aos responsáveis e demais sujeitos envolvidos com as políticas educacionais, permitindo formações personalizadas e contextualizadas, visando à melhoria da qualidade da educação.

A apresentação de conteúdos concebidos para contextos de autoformação visa dinamizar o acesso aos conteúdos; da mesma forma que organizar e disponibilizar o acesso a conteúdos voltados à formação mediada visa democratizar o acesso aos conhecimentos produzidos ao longo de vários anos de formações promovidas pelo MEC e seus parceiros. Em ambos os casos, se fornece subsídio à organização de ações formativas não só no âmbito federal, como também estadual, municipal e local. Desse modo, entende-se que a Plataforma pode auxiliar seu público, futuros aprendentes

ou propositores de formações, na busca de conteúdos significativos ao seu contexto e que subsidiem a busca de argumentos que propiciarão um enfrentamento mais seguro de situações-problema presentes no seu cotidiano de atuação, seja no trabalho ou no estudo.

Na Plataforma de Formação Continuada do MEC trabalha-se com três elementos centrais:

1. Autoformação – o qual, em resumo, assume que o sujeito da aprendizagem possui autonomia sobre os seus processos formativos a partir de contextos pedagógicos e ambientes tecnológicos pensado para tal.
2. Trilha – em que são reunidos materiais pedagógicos, desenvolvidos numa perspectiva autoformativa, que articulam temas e/ou conceitos e se desdobram em outras temáticas, podendo ser integradas ou interligadas.
3. Divulgação de cursos mediados ou não, externos à Plataforma – em que o público será informado sobre possíveis formações de seu interesse ocorrendo próximas a ele.

Como a Plataforma promove os processos formativos

Assim, entre outras funcionalidades voltadas a dar subsídio a processos formativos e sua gestão, a Plataforma de Formação Continuada do MEC se constitui em um repositório de materiais pedagógicos autoformativos, com possibilidade técnica para realizar o armazenamento e/ou fazer re-

ferência a materiais didáticos em diferentes formatos, linguagens e propostas metodológicas (podendo ser voltados a dar suporte à configuração de formações mediadas ou às formações autônomas, por exemplo).




6 Metodologia e produção dos materiais autoformativos

Os materiais na Plataforma De Formação
Continuada do MEC 53

Materiais pedagógicos autoformativos e
sistema de recomendação 55

Equipe de produção de conteúdo 57



ateriais pedagógicos autoformativos são diferentes de outros materiais pedagógicos mais conhecidos, tais como materiais didáticos de cursos, por exemplo.

São produtos culturais autônomos, com uma narrativa própria autocontida, mas expansiva – com diversos *links* para elementos presentes na vida dos sujeitos –, mediando aprendizagem e autoaprendizagem do público-alvo.

Os materiais pedagógicos autoformativos são pensados a partir das necessidades práticas dos diversos profissionais da educação, reconhecendo que a autoaprendizagem é uma

capacidade humana de elaboração a partir da sua existência, se adaptar e criar parte do próprio meio. Esse tipo de material extrapola seus próprios limites porque está carregado de diversos *links* para elementos presentes na vida

desses sujeitos. Isso porque partimos da ideia de que a maioria das necessidades práticas dos profissionais da educação devem ser entendidas e elaboradas a partir da sua existência, possibilitando que eles criem autonomia para se adaptar e criar em seu próprio meio, buscando, assim,

potencializar práticas autoformativas e comunitárias, já que o sujeito começa a se entender como agente transformador do seu meio.

A Figura abaixo representa esses elementos que estão presentes na vida cotidiana dos sujeitos.

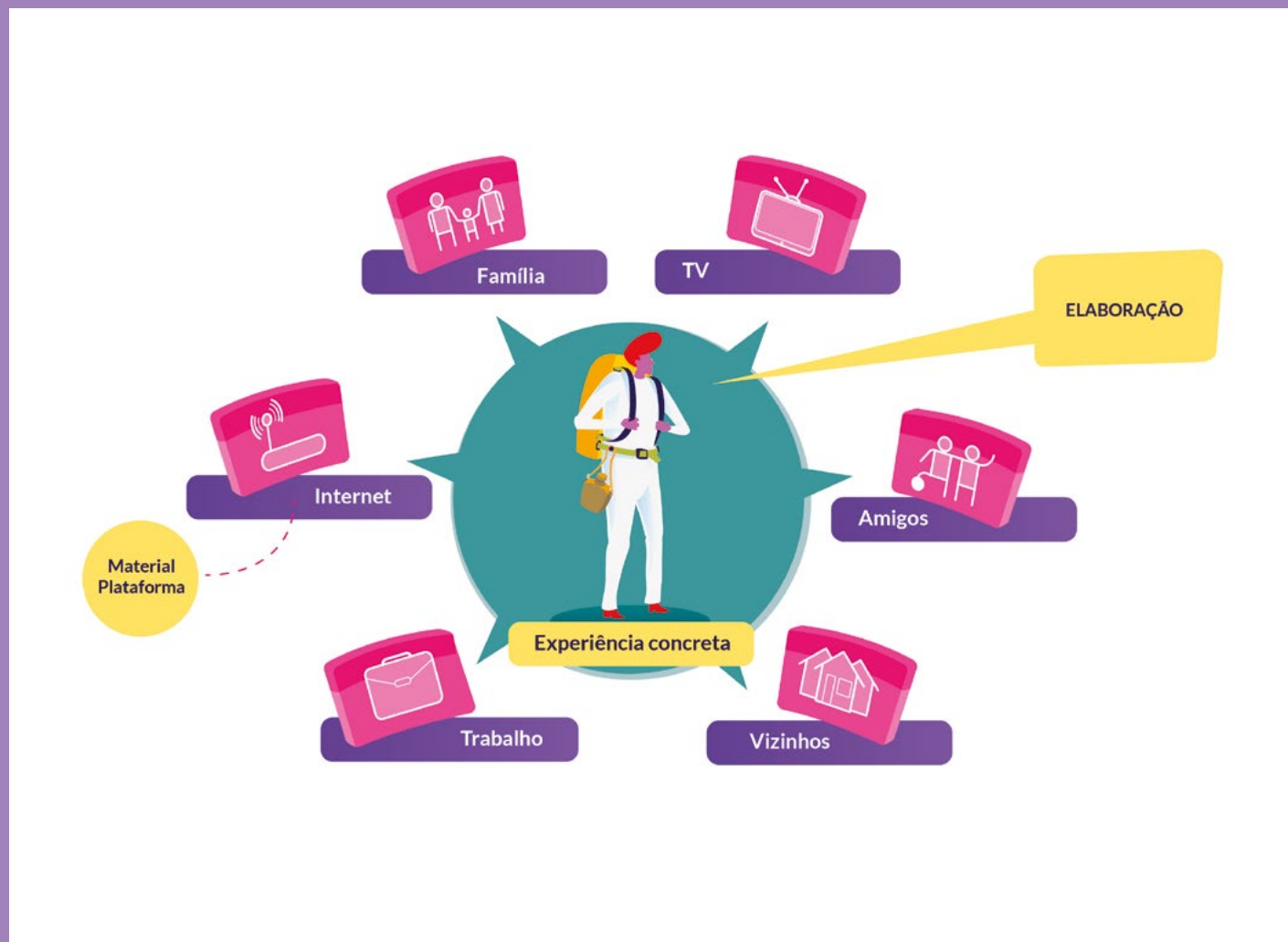


Figura 4: Elementos presentes na vida cotidiana dos sujeitos.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Propiciar processos de aprendizagem de forma efetiva e significativa por meio dos materiais pedagógicos autoformativos significa também considerar que todo sujeito tem a capacidade de elaborar explicações sobre as práticas sociais realizadas no contexto em que se está imerso. O desafio de contribuir com processos de reelaboração de muitas dessas explicações para propiciar práticas mais efetivas é uma das principais finalidades dos materiais pedagógicos autoformativos. Nesse sentido, considerar nos materiais os sujeitos aprendentes como ativos no próprio processo de aprendizagem também significa considerar seu contexto, o que buscamos fazer por meio de relações dos materiais com os seguintes elementos:

1. conteúdos que circulam na TV, no rádio, na internet etc.;
2. objetos/materiais acessíveis aos diferentes sujeitos;
3. explicações comuns diferentes em relação às situações práticas abordadas;
4. situações e conceitos similares que poderiam contribuir para a compreensão mais aprofundada-complexificada;
5. outros materiais autoformativos da Plataforma (ou elementos específicos dentro desses materiais).

Outra questão a ser enfrentada é a lógica comum dos “cursos” em relação à complexidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento, sendo comumente lineares e pressupondo o mesmo itinerário e o mesmo tempo para conclusão. Ao apresentar, por exemplo, seções que não conversam umas com as outras, como se uma vez visto um conteúdo-conceito, ele estivesse necessariamente sido apreendido/significado, os conceitos abstratos desenvolvem-se sem relações ou com relações superficiais com os desafios práticos vivenciados pelos sujeitos em formação.

Implicitamente estamos dizendo que material autoformativo acaba sendo uma exigência se considerarmos tendências de EaD, tais como a necessidade de flexibilização do tempo de estudo – considerando que estamos sempre em permanente processo de formação, a não linearidade, a complexidade e a autorregulação sempre presentes nos processos de aprendizagem significativos.

Nesse sentido, os materiais pedagógicos autoformativos buscam propiciar a autonomia tanto para os aprendizes quanto para as instituições que, por sua vez, podem usá-los como materiais e referências de cursos que forem ofertar, de forma a propiciar conteúdos que podem ser acessados diretamente pelos interessados (indivíduos, grupos de estudo, instituições formadoras), a qualquer tempo a partir de suas necessidades práticas. Assim, os materiais podem compor tanto trilhas formativas quanto percursos formativos.



Os materiais na Plataforma de Formação Continuada do MEC

Para o processo autoformativo dos aprendentes, a Plataforma de Formação Continuada do MEC divide-se em trilhas, percursos formativos e materiais. A seguir, cada um desses caminhos são apresentados.

53

As Trilhas

As trilhas constituem-se por um agrupamento de materiais como temáticas, perfil de usuário, políticas, entre outros, orientados por objetivos pedagógicos e metodológicos específicos. Uma trilha é, então:

1. espaço de autoformação;
2. sistematização de materiais pedagógicos com objetivos e temáticas específicas, passíveis de articulação;
3. ambiente de avaliação >> declaração.



**Seguir pelas trilhas
organizadas por Parceiros**

A Figura 5 esboça como as trilhas são apresentadas e organizadas pelos nossos parceiros.

Figura 5: Esquema de organização das trilhas por parceiros.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Os Percursos

Já os percursos são formados com a articulação de materiais pedagógicos, conforme os interesses pessoais dos aprendentes. Como forma de avaliação, haverá declaração por material autoformativo. A Figura 6 mostra como os usuários da Plataforma podem escolher/fazer seus próprios caminhos com os materiais disponíveis.



Os materiais autoformativos

Por fim, os materiais autoformativos serão aqueles confeccionados pelo Laboratório de Novas Tecnologias da Universidade Federal de Santa Catarina (LANTEC/UFSC) ou outros parceiros, sob consultoria de especialistas dos temas propostos. O objetivo será discorrer sobre temas com pressupostos pedagógicos do projeto e decorrentes de pesquisas realizadas com o público-alvo.

Será possível favoritar os materiais pedagógicos, as trilhas e os cursos e ter salvo o progresso de leitura. Haverá, ainda, a possibilidade de receber notificações e acompanhar a oferta de cursos e de novas trilhas formativas. A Plataforma contará com um sistema de recomendação de trilhas, cursos e materiais pedagógicos que possibilitará a previsão das preferências dos usuários a partir de seu perfil, buscas e interesses, com o objetivo de sugerir novos itens ou conteúdos de seu possível interesse ou conteúdos de demandas políticas.

Figura 6: Esquema de percursos da Plataforma.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).



Materiais pedagógicos autoformativos e sistema de recomendação

Desenho Pedagógico

A partir da Figura 7 podemos entender melhor como estão organizados os materiais pedagógicos e o modo como eles se encontram sistematizados na Plataforma.

55



Figura 7: Esquema de organização dos materiais pedagógicos.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Os materiais autoformativos são hipermídias concebidas de forma multideterminada, materializando o diálogo de múltiplas vozes, por meio de pesquisas e diálogos com os distintos profissionais da educação, especialistas, instituições formadoras etc. Não se trata simplesmente de uma escolha, mas da identificação das demandas formativas do público-alvo da Plataforma.

No entanto, a “definição curricular” não se encerra na escolha dos assuntos, mas em todas as definições que resultará nos materiais hipermediáticos que compõem a Plataforma – considerando desde a escolha dos assuntos gerais, os recursos utilizados e todos os elementos formas-conteúdos que constituem os materiais hipermediáticos da Plataforma. Com a experiência de pesquisa e definição curricular discutida, parece-nos que o elo entre a pesquisa e a criação e o desenvolvimento de materiais se dá na identificação de desafios práticos dos sujeitos da formação, que ao mesmo tempo são objeto de investigação e subsídios para produção de materiais pedagógicos.

Essas situações pesquisadas podem contribuir para elaboração de codificações – a partir de diversas linguagens – que componham os materiais de forma que os profissionais se reconheçam nelas e que percebam vínculos explícitos e implícitos com suas vidas. Parece-nos que o processo de definição curricular se torna mais efetivo na medida que for mais participativo, exigindo uma aprofundada dimensão participativa das pesquisas no processo de caracterização das demandas formativas e subsídios para criação e desenvolvimento dos materiais sobre problemas existenciais dos sujeitos da formação.

Por isso, a possibilidade teórico-metodológica da coleta de informações, via pesquisa, torna-se uma importante ferramenta para a confecção e compreensão dos materiais autoformativos. Nesse sentido, compreende-se que as definições pedagógicas dos materiais não se portam de forma

linear e neutra, mas são instrumentos capazes de promover aproximações e engajamento com os desafios práticos dos profissionais da educação, no sentido de promoção de transformações na realidade escolar brasileira.

No entanto, para isso, é necessário que tais definições pedagógicas dos materiais não estejam inertes aos espaços de práticas reais, impregnadas de valores, interesses e concepções, nem tão pouco percam de vista a necessidade de formar os profissionais da educação como cidadãos responsáveis pela organização da sociedade em suas diferentes instâncias. Nesse sentido, uma mudança ético-pedagógica curricular passa a fazer sentido para promover um processo histórico constante de conscientização da comunidade escolar.

Assim, a criação dos materiais autoformativos considera quatro dimensões: a dimensão pedagógica, a dimensão do conteúdo, a dimensão comunicativa e a dimensão tecnológica.

Pode-se afirmar que esses quatro pressupostos se entrelaçam e se comunicam durante o processo de criação, numa relação que propicie a reflexão sobre os conhecimentos. Podemos compreender e caracterizar a dimensão pedagógica como aquela implicada diretamente com o processo de ensino-aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização; a dimensão do conteúdo na preocupação de quais conteúdos devem ser contemplados para que os gestores tenham sua compreensão e consigam, de fato, atingir o público-alvo de forma pedagógica; a dimensão comunicativa na presunção de que os gestores, nos aspectos cognitivos, experienciais, práticos, simbólicos se interligam em todos os níveis de realidade, compondo uma sinfonia integral, marcando sistemicamente as dimensões didática, experiencial e existencial dos educadores; e, por último, a dimensão tecnológica em que a plataforma de autoformação ou as TICs devem ter a função problematizadora, ou seja, a autoformação deve permitir a superação do desafio inicial através de ações práticas.



Equipe de produção de conteúdo

Para a construção da Plataforma de Formação Continuada do MEC, equipes sob concepção de uma lógica cooperativa gestionam conteúdos e dialogam entre si, compondo a estrutura: pesquisa e imersão, criação e prototipação, implementação e revisão e validação. Cada equipe, então, responsável por determinadas atividades, partem de uma lógica interdisciplinar e cooperativa de interação.

O conceito de uma equipe de Produção de Conteúdo surgiu a partir de experiências anteriores da equipe de Design Educacional (DE). Dessa forma, a equipe de Produção de Conteúdo (PC) extrapola os limites da equipe de Design Educacional, embora os membros desta sejam permanentes da primeira. O que diferencia a equipe de PC da equipe de DE é que ao longo da produção, membros de outras equipes começaram a assumir tarefas que dizem respeito à produção de conteúdo, tal qual ilustradores, designers gráficos, revisores textuais e programadores. Dessa forma, a equipe de Produção de Conteúdo é extremamente volátil e suscetível às demandas da busca pelo produto final, ou seja, os materiais disponíveis na PLAF.

A equipe de Design Educacional

A principal função dessa equipe é trabalhar no conceito do material como produto final para o intuito e o ambiente no qual foi projetado. Dessa forma, a equipe de Design Educacional trabalha para adaptar o texto-base para o ambiente e a finalidade para o qual foi pensado, trabalhando de perto com as outras equipes, sobretudo as de Redatoria, Revisão Textual, Design Gráfico e Ilustração.

A equipe de Redatoria

A equipe de Redatoria é a responsável pela redação dos materiais autoformativos. Assim, realiza a produção textual dos textos-base, a partir de demandas concretas apresentadas pelas pesquisas de campo e pelo Ministério da Educação. A equipe trabalha em diálogo com as equipes de Pesquisa e Design Educacional.

A equipe de Pesquisa

A equipe de Pesquisa tem por objetivo realizar pesquisas teóricas e de campo, a fim de desenvolver ferramentas e funcionalidades a serem aplicadas na Plataforma de Formação Continuada do MEC.

O trabalho desenvolvido pela equipe, no que diz respeito à produção dos materiais, baseia-se em criar uma ponte entre o público-alvo e as outras equipes através da experiência de campo. A equipe de Pesquisa trabalha de perto com as equipes de Redatoria e Design Educacional. Todas as propostas são discutidas e elaboradas conjuntamente.

A equipe de Revisão Textual

A equipe de Revisão Textual participa ativamente no processo de finalização dos materiais autoformativos, bem como faz a revisão textual do *layout* da Plataforma. Destacam-se dois momentos de maior participação da equipe no fluxo de produção: a revisão textual do texto-base e a revisão do produto final.

A equipe de Ilustração

A equipe de Ilustração é a responsável por ilustrar e confeccionar recursos visuais que estão presentes na comunicação estética da Plataforma. Portanto, além de desempenhar funções relativas ao próprio feitiço da ilustração, a equipe também participa de reuniões com as outras equipes, com o objetivo de debater a função comunicativa e os conceitos das peças produzidas.

A equipe de Design Gráfico

A equipe de Design Gráfico é a responsável pelo desenvolvimento da interface e fluxo da Plataforma de Formação Continuada do MEC. No nível da produção dos materiais, essa

equipe trabalha ativamente com a equipe de Design Educacional no sentido de produzir recursos visuais autorais, tal qual a equipe de Ilustração, mas seu campo de atuação também envolve recursos como infográficos, fluxogramas, diagramação etc.

A equipe Técnico-Científica-Pedagógica

A Equipe Técnica-Científica-Pedagógica (ETCP) é responsável pelas ações de suporte à pesquisa, apoio pedagógico e técnico-científico às demais equipes que atuam na PLAF. Essas ações são embasadas pelas concepções teóricas do Projeto de Criação da Plataforma. O propósito da ETCP é intermediar o processo educativo, organizacional e científico entre as várias equipes de trabalhos. Assim, tem-se a preocupação de promover ações sólidas que contribuam para o desenvolvimento técnico, científico e pedagógico da PLAF, contribuindo para o desenvolvimento intelectual dos integrantes das equipes.

A equipe de Programação

A equipe de Programação é a responsável por todo o trabalho estrutural da Plataforma de Formação Continuada do MEC enquanto um ambiente virtual. No nível da produção dos materiais autoformativos, a equipe de Programação fica responsável pela etapa de implementação do produto final na Plataforma, ou seja, essa equipe é responsável por hospedar os materiais prontos nesse espaço acessível ao público.

A equipe de Consultoria

A equipe de Consultoria não é fixa, na verdade, os integrantes dessa equipe são profissionais de diversas áreas, que serão mapeados a partir da definição das temáticas dos materiais e, assim, contratados para prestar assessoria técnica e científica durante a produção dos materiais, no sentido de nos ajudar a manipular o conteúdo e sugerir recursos para os mesmos.

7 Os tipos de materiais

Materiais pedagógicos voltados a dar subsídio a processos autoformativos 63



A criação de um ambiente *on-line*, com materiais autoformativos sobre diversos assuntos relacionados às necessidades formativas dos profissionais da educação, tem a intenção de concentrar e potencializar o acesso pelo público, de maneira a complementar as ofertas institucionais em formato de curso. Tendo esse objetivo em vista, podemos entender que os materiais pedagógicos que serão articulados e

disponibilizados na Plataforma de Formação Continuada do MEC estão relacionados a dois grandes grupos:

1. materiais pedagógicos autoformativos, produzidos especificamente para a Plataforma;
2. materiais de consulta, já produzidos em outros espaços: legislações, documentos oficiais e publicações.



Materiais pedagógicos voltados a dar subsídio a processos autoformativos

Como vimos na seção anterior, os materiais pedagógicos que se encaixam nesse grande grupo se constituem de qualquer material, selecionados pelo MEC e/ou disponibilizados por parceiros, que foram/serão desenvolvidos a fim de possibilitar a formação autônoma do público da Plataforma.

Em resumo, esses materiais se ancoram em metodologias específicas e são pensados, articulados e propostos a partir de desenhos pedagógicos que busquem dar subsídio aos aprendentes nas suas diferentes possibilidades de processos de aprendizagem. Para isso, entendemos que os conteúdos, os conceitos e as abordagens devem estar dentro de um contexto, de um planejamento estruturado pensados para tal e vinculados a perspectivas pedagógicas que vislumbram dar suporte a processos autoformativos.

Existe uma pluralidade de maneiras de se propor materiais desse tipo, e a Plataforma de Formação Continuada do MEC terá funcionalidade para absorver, integrar e articular materiais com essas características em suas trilhas formativas, além de oferecer ferramentas de gestão pessoal de aprendizagem aos seus usuários.

Dessa forma, delimitamos que, além dos materiais pedagógicos, as trilhas formativas possuem informações gerais relativas a objetivos pedagógicos específicos e bem definidos, seleção de conceitos a serem articulados, projeção de carga horária de estudo prevista, proposta avaliativa bem definida (com vistas a dar suporte ao processo de declaração) e uma proposta de público-alvo a ser alcançado. Destacamos que esses requisitos são mínimos e fundamentais para que se possa dar suporte a processos de aprendizagem e proporcionar diferentes dinâmicas, favorecendo aos aprendentes a construção de conhecimentos dentro dos diversos cenários da autoformação.

A Figura 8 mostra as etapas de trabalhos que foram desenvolvidas durante a elaboração dos materiais pedagógicos, voltados a dar subsídio a processos autoformativos.

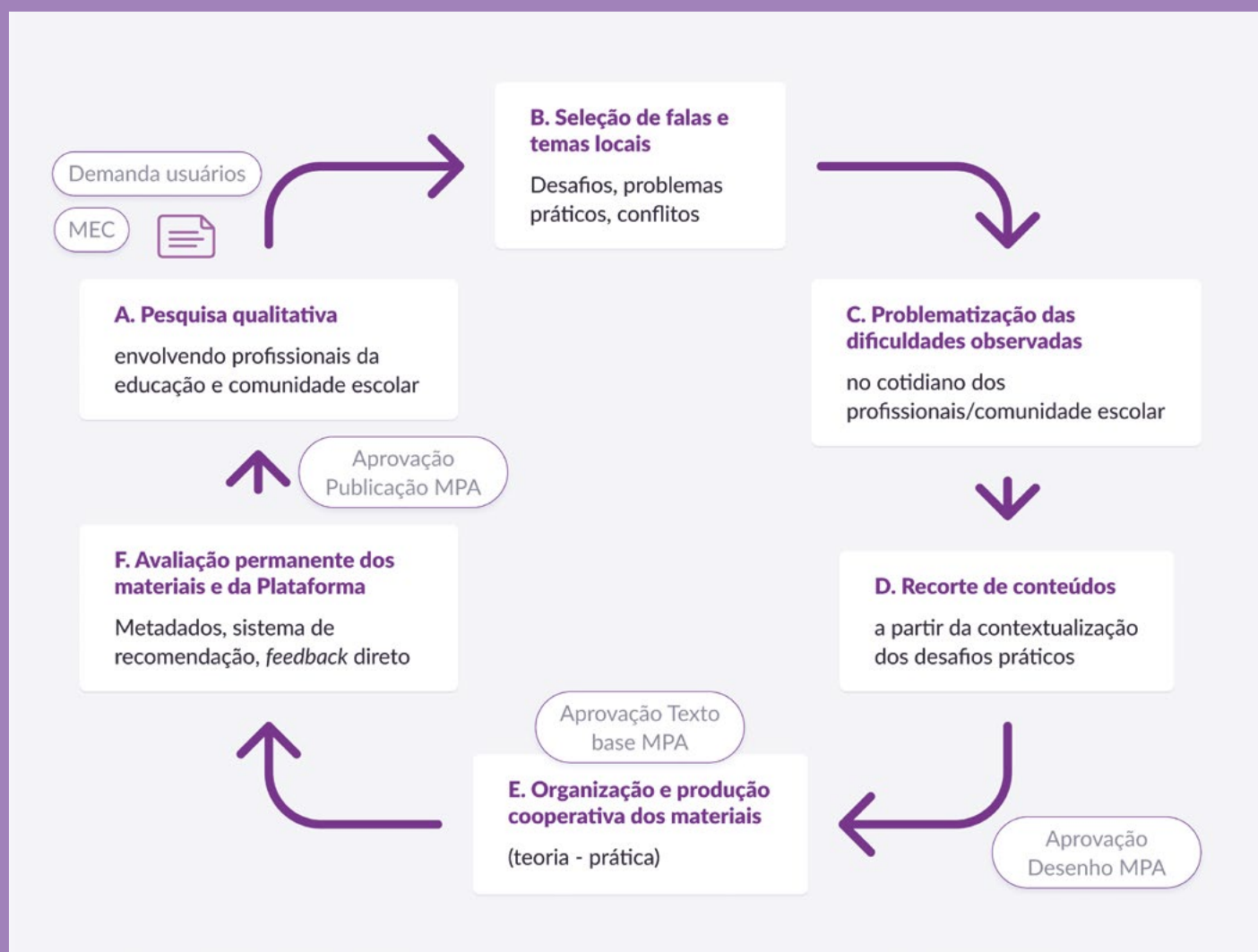
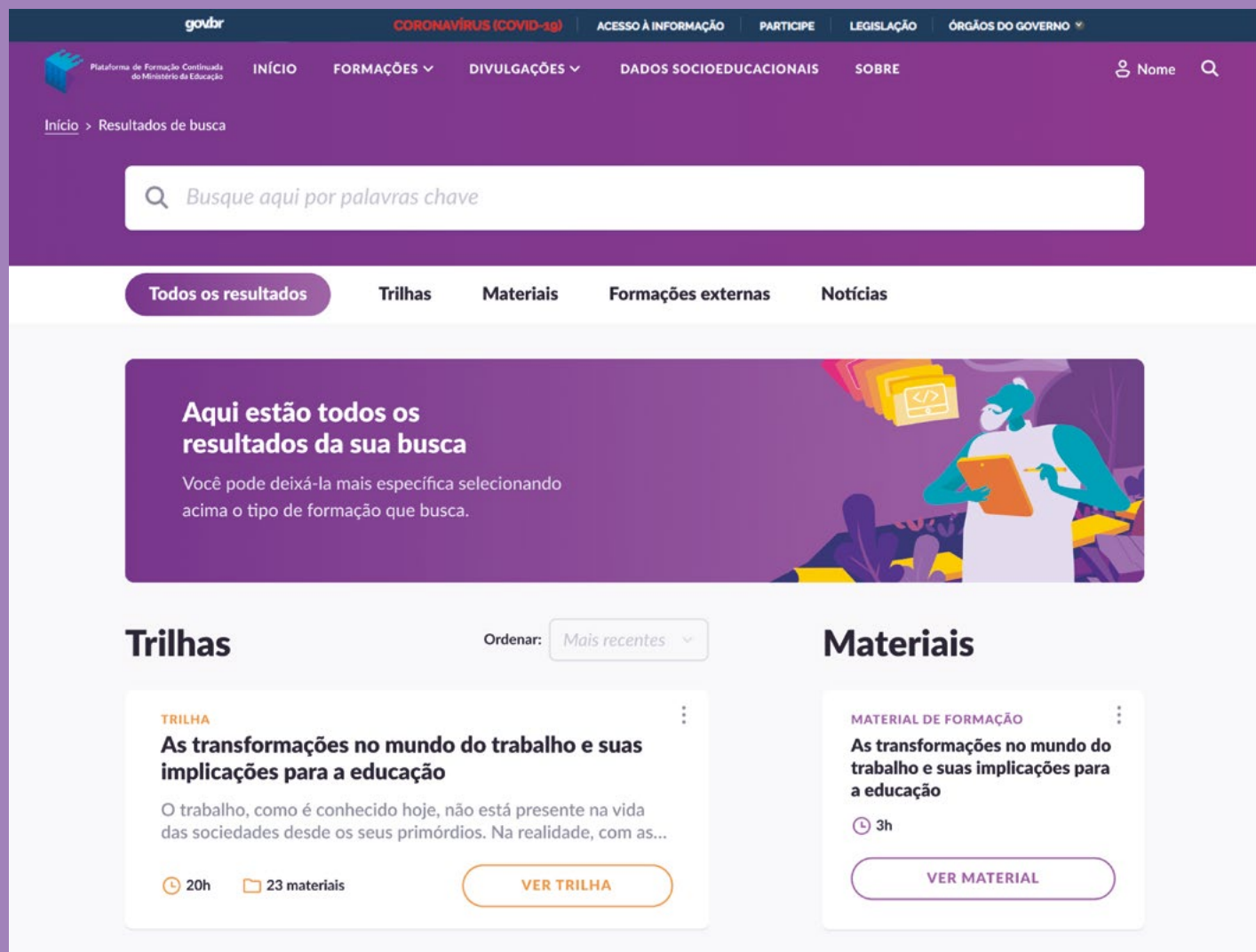


Figura 8: Etapas de desenvolvimento dos materiais pedagógicos.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

Na Plataforma de Formação Continuada do MEC, os aprendentes poderão encontrar as formações com a ferramenta de busca baseada em palavras-chave, auxiliada por uma filtragem por temáticas, atuações profissionais e tempo de dedicação em suas respectivas abas, conforme mostrado na Figura 9.



65

Figura 9: Página inicial de busca de ferramentas por palavras-chaves.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

Ainda, um dos fluxos possíveis de interação do usuário com a trilha é proposto, conforme Figura 10.

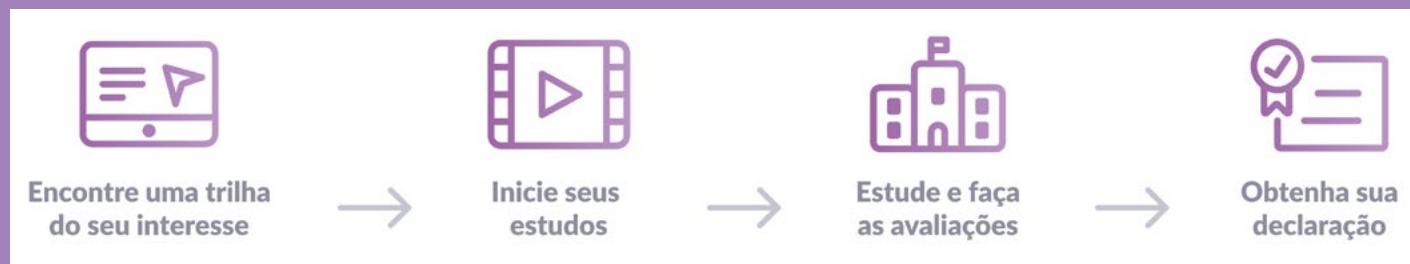


Figura 10: Fluxos possíveis de interação usuário-trilha.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

8 Sujeitos da Plataforma

O público da Plataforma 70

Instituições parceiras 71





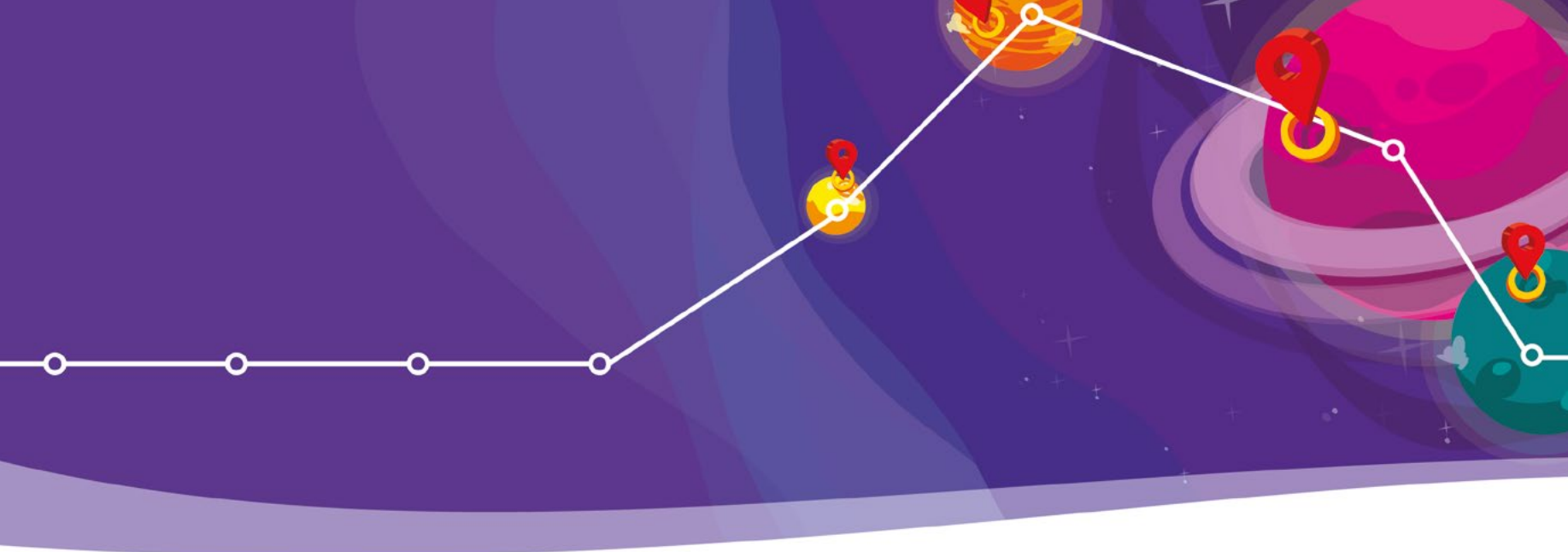
O público da Plataforma

70

A Plataforma do MEC é aberta, com repositório público, porém destinada a um grupo de pessoas específico: fazem parte desse grupo os professores da Educação Básica, de todas as esferas de poder, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, dirigentes municipais e estaduais de educação, equipes técnicas das secretarias, conselheiros escolares, conselheiros municipais, pais e responsáveis, grêmios estudantis e demais sujeitos envolvidos com as políticas educacionais. Seu objetivo principal é permitir que esses grupos de profissionais e da comunidade escolar tenham acesso a

formações personalizadas e contextualizadas, de acordo com seu dia a dia, horários disponíveis e local de acesso, visando à melhoria da qualidade da educação.

Ao permitir que esses usuários tenham acesso à Plataforma, de acordo com suas necessidades de conteúdo e disponibilidades pessoais, a PLAF estará cumprindo com seu papel de veículo de formação, contribuindo de forma pedagógica para o desenvolvimento do conhecimento e formação de seu público-alvo.



Instituições parceiras

A criação e a gestão dos materiais também serão feitas por instituições parceiras. Para esse fim, a Plataforma oferecerá ferramentas de inserção e organização dos conteúdos. Também haverá recursos para que as instituições se comuniquem com os

aprendentes que buscarem formação em algum de seus materiais. Desse modo, as instituições parceiras terão à mão um sistema de gestão de conteúdos. O Quadro 1 traz um resumo das principais informações sobre as funcionalidades aos parceiros.

71

RESUMO DAS FUNCIONALIDADES REFERENTES AOS PARCEIROS:

1. ferramentas de gestão de materiais, trilhas pedagógicas e formações externas;
2. estatísticas da interação dos usuários com as formações, avaliação dos usuários, dispositivos usados, duração média de cada material, atuações profissionais buscando suas formações;
3. área para receber sugestões de usuários e avaliações referentes às formações.

Quadro 1: Informações sobre as funcionalidades aos parceiros.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2019).

9 Potencialidades tecnológicas e funcionalidades da Plataforma de Formação Continuada do MEC

Descrição dos espaços e funcionalidades da
Plataforma de Formação Continuada do MEC

75



A criação de um ambiente *on-line* com conteúdos formativos de diversas temáticas tem a intenção de concentrar e potencializar o acesso a esses conteúdos por pessoas interessadas, independentemente da sua oferta institucional no formato de curso.

Assim, como já trazido anteriormente, um dos objetivos dessa Plataforma é possibilitar um processo de aprendizagem caracterizado pela não linearidade no acesso às informações, as quais estão disponíveis por meio de conteúdos hipermediáticos que permitem ações simultâneas, capazes de favorecer os distintos estilos cognitivos dos aprendentes e auxiliar a construção de novos conhecimentos. O ambiente *on-line* aqui proposto apresenta materiais pedagógicos que oferecem diversas abordagens, as quais podem resultar em um aprofundamento mais reflexivo sobre conteúdos em diversas áreas do conhecimentos, vinculados a diferentes temáticas e relativos a diferentes perfis de profissionais da educação.

Acredita-se que a apresentação de conteúdos organizados e pensados para contextos de autoformação pode dinamizar o acesso aos materiais, potencializar e acessibilizar as propostas de formação. Desse modo, entende-se que a Plataforma pode auxiliar os aprendentes na busca de significados e argumentos para solucionar situações-problema presentes no seu cotidiano de trabalho, atuação ou estudo. Para isso, os materiais pedagógicos podem ser desenvolvidos, por exemplo, com base em contextos e planejamentos estruturados que busquem uma compreensão lógico-histórica dos conceitos presentes nos materiais. Outra forma de vincular os materiais pedagógicos a questões relativas ao cotidiano dos profissionais se dá a partir da vinculação destes a problemáticas relevantes do público, por meio de *tags*. Acredita-se que, organizados dessa maneira, os materiais pedagógicos podem proporcionar outras dinâmicas de

aprendizagens, ao favorecer aos aprendentes a possibilidade de construção de conhecimentos dentro dos possíveis cenários da autoformação.

Esse tipo de ambiente virtual se constitui em um espaço capaz de contribuir na qualificação de processos de aprendizagem, pois dá espaço a novas estratégias de construção e reconstrução de saberes pelos indivíduos em processo de conhecimento.

Nesse cenário, a aliança entre o uso potencial dos ambientes virtuais e o conceito de educação aberta – processos autoformativos midiaticizados – apresenta-se como uma importante possibilidade no tratamento da informação e do conhecimento, com vistas à criação e ao fortalecimento de ambientes colaborativos em rede.

O desenvolvimento do ambiente proposto no projeto também está articulado à proposição do MEC da Plataforma Integrada MEC RED. Essa plataforma visa à disponibilização aberta de recursos educacionais em formato digital para profissionais da educação e faz parte da primeira iniciativa da nova política de tecnologias na educação. Nessa outra Plataforma são disponibilizadas um conjunto de funcionalidades que integram os usuários aos serviços e são oferecidas aos profissionais da educação com objetivo de promover a inserção de recursos digitais nas práticas pedagógicas e promover a inovação nas propostas de recursos didáticos para a Educação Básica.

A integração promovida pela Plataforma se dá a partir da união de diferentes repositórios de recurso. Além dos recursos educacionais digitais, a Plataforma Integrada MEC RED, hoje, promove o acesso a materiais de formação desenvolvidos com base em formações financiadas pelo MEC. Será a partir dessa área que se materializarão os vínculos entre a “Plataforma Integrada MEC RED” e a “Plataforma de Formação Continuada do MEC”.



Descrição dos espaços e funcionalidades da Plataforma de Formação Continuada do MEC

Na Plataforma de Formação Continuada do MEC, trabalha-se com três conceitos centrais:

1. autoformação – o qual, em resumo, assume que o sujeito da aprendizagem possui autonomia sobre seus processos formativos a partir de contextos pedagógicos e ambientes tecnológicos pensados para tal;
2. trilha – espaço em que são reunidos materiais pedagógicos, desenvolvidos numa perspectiva autoformativa, que articulam temas e/ou conceitos e se desdobram em outras temáticas, podendo ser integradas ou interligadas;
3. divulgação de cursos mediados ou não, externos à Plataforma – em que o público será informado sobre possíveis formações de seu interesse ocorrendo próximas a ele.

Os temas-chave organizam a estrutura e as intenções para o uso da Plataforma, já as trilhas unem materiais pedagógicos autoformativos com temáticas muito próximas, com o propósito de otimizar e aprofundar os conteúdos desenvolvidos nas diferentes formações oferecidas pelo MEC e parceiros. Os usuários poderão, também, contar com uma funcionalidade de “salvar”, com a qual poderão assinalar trilhas ou materiais pedagógicos acessados, a partir de seus interesses e suas necessidades (Figura 11).



Figura 11: Cards de trilhas.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

Para evidenciar e discutir essa proposta, será aqui apresentada uma descrição da estrutura do ambiente da Plataforma, a partir dos seguintes espaços: a) página inicial (*home*); b) área do usuário; c) sistema de busca; d) página dos materiais pedagógicos; e e) área imersiva. Inicialmente, a página de entrada é um espaço onde estão as opções de acesso aos conteúdos. Nesse local, os aprendentes poderão escolher navegar no menu superior por formações e divulgações ou pelas temáticas (Figura 12).



Figura 12: Página de entrada.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

Já a adição de trilhas e materiais pedagógicos aos “salvos” do usuário funciona da seguinte forma: o usuário, quando logado, terá acesso a um espaço onde poderá “armazenar” suas escolhas dos diferentes conteúdos da Plataforma, a partir de seus interesses pessoais e profissionais. Nesse local, o usuário poderá controlar seu processo de formação, encontrar uma síntese do seu trajeto, o conjunto de trilhas que estudou e um indicador do seu progresso no ambiente. Esse progresso está relacionado à possibilidade do oferecimento de formações com o material disponível na Plataforma, reorganizado a partir dos interesses de agências educacionais de possíveis cursos (Figura 13).

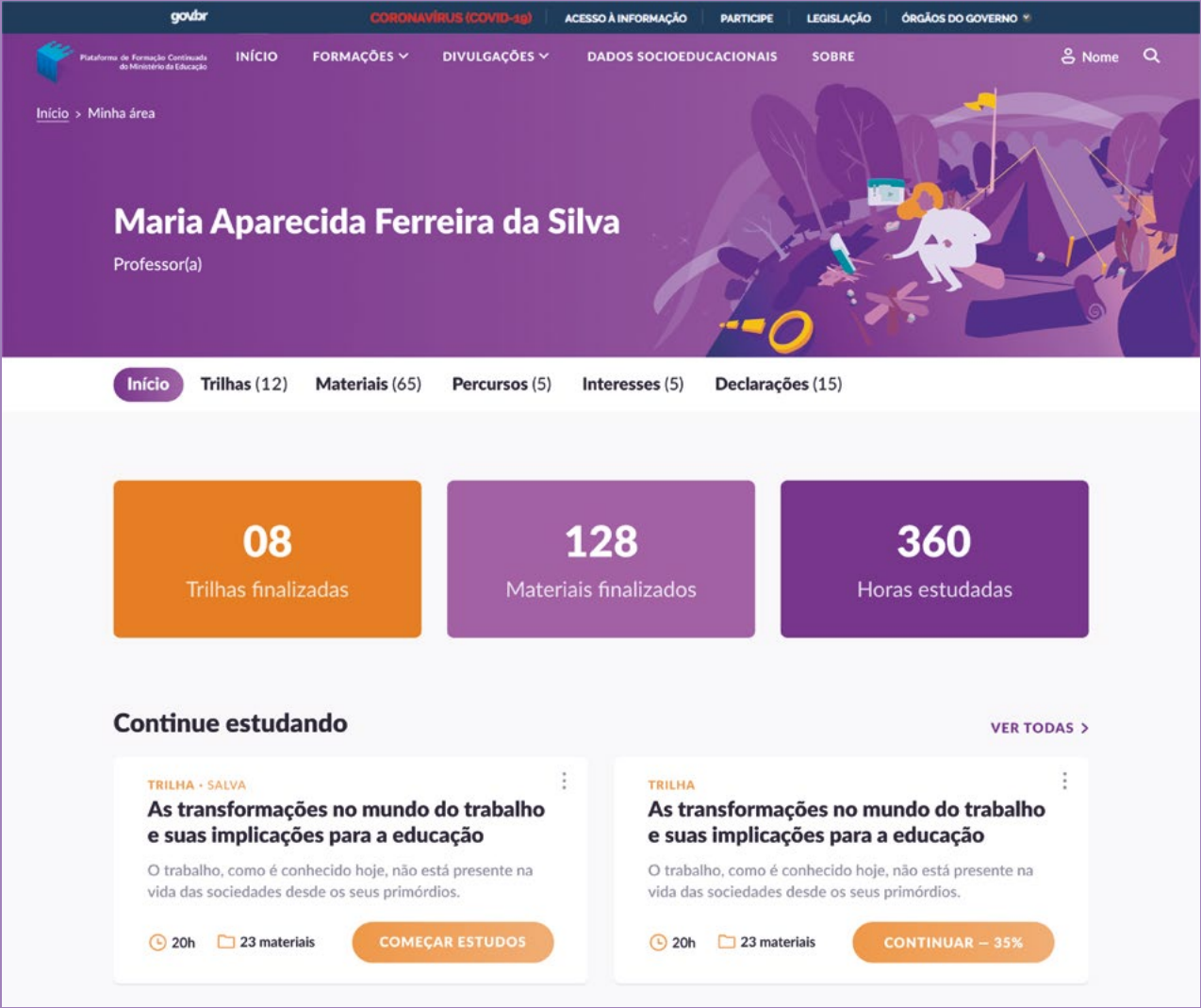


Figura 13: Área do usuário, com progresso de uso da Plataforma, formações salvas e uma chamada para continuar estudando. Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

O sistema de busca, por sua vez, exibe os materiais pedagógicos gerados pela busca, bem como seus respectivos dados (tempo de dedicação e quantidade de materiais na trilha), podendo filtrar o resultado da busca por temáticas, dedicação e atuação. Diferentes categorias de busca geram diferentes filtros, por exemplo: os materiais podem ser filtrados por tipo de mídia (Figura 14).

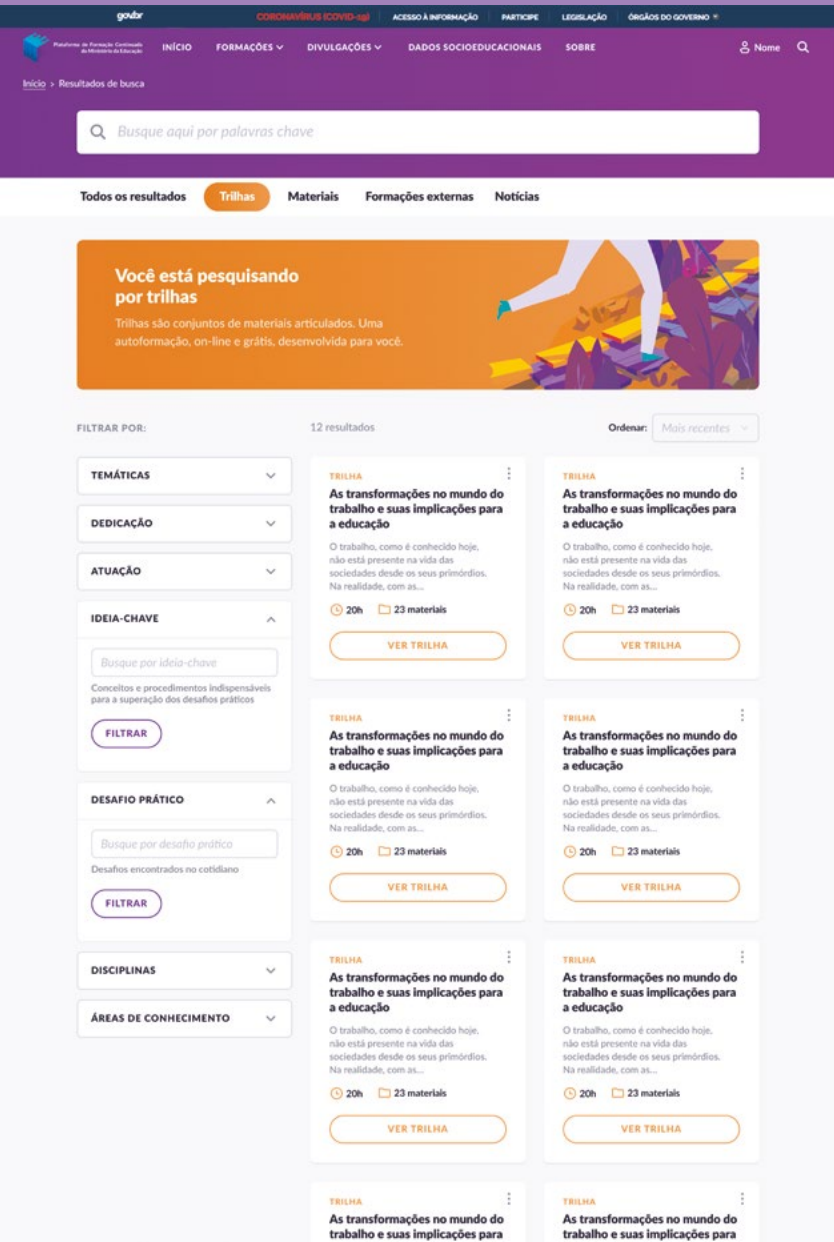


Figura 14: Sistema de busca.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

Na página inicial do material pedagógico temos a apresentação do material exibido com as temáticas, o tipo de material, a dedicação, para quem ele é indicado, as trilhas que o incluem, autores desse material pedagógico e outras especificidades. Para incrementar o fluxo do usuário, também existe um espaço com as formações relacionadas a esse material (Figura 15).

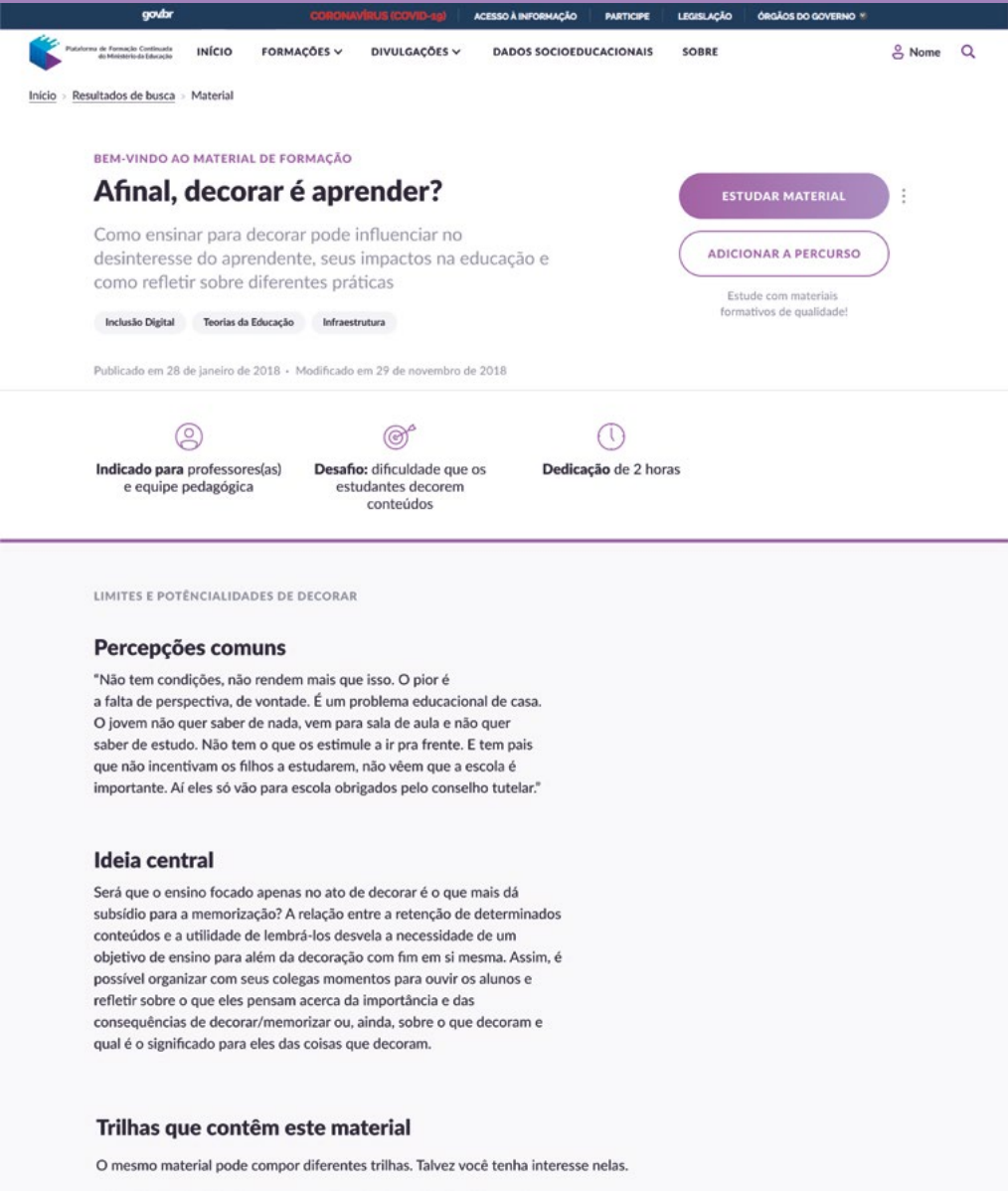


Figura 15: Página inicial do material pedagógico.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

A área imersiva é o ambiente virtual de aprendizagem onde o aprendiz poderá ler e interagir com o material da maneira que preferir. Existem, nessa área, algumas funcionalidades, como o caderno, que permite a criação de anotações e citações, o sumário, que localiza o aprendiz entre os materiais, entre outras (Figura 16).



81

Figura 16: Área imersiva.
Elaboração: LANTEC-UFSC (2020).

Referências

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e Educação a Distância**, v. 10, p. 85-92, 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235/113>. Acesso em: 18 jul. 2019.

AMANTE, L. *et al.* Novos Contextos de Aprendizagem e Educação Online. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano 42, v. 3, p. 99-119, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação**: Documento Base. Brasília, DF: Lantec-UFSC, dez. 2019.

DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice**. Burlington, MA: Elsevier Butterworth Heinemann, 2005.

GALVANI, P. A Autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural. *In*: CETRANS. (coord.). **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: TRIOM, 2002. p. 94–121.

GARRISON, D. R.; BAYNTON, M. Concepts: Beyond independence in distance education: The concept of control. **American Journal of Distance Education**, v. 1, n. 3, p. 3-15, 1987. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08923648709526593>. Acesso em: 12 jul. 2019.

GARRISON, D. R. Critical Thinking and Self-Directed Learning in Adult Education: An Analysis of Responsibility and Control Issues. **Adult Education Quarterly**, v. 42, n. 3, p. 136-148, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Porto Alegre: Atlas, 2008.

KNOWLES, M. **The adult learner: a neglected species**. 3. ed. Houston: Gulf Publishing Company, 1986.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**: Legitimate Peripheral Participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MANGINI, F. N. da R.; MIOYO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 207-215, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200010>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MELLO, G. N. O Espaço das Políticas Educativas na Sociedade do Conhecimento: em busca da sociedade do saber. *In: Espaços de Educação, Tempos de Formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 69-97.

MOURA, R. M. **O processo de aprendizagem autodirigida em adultos**. 1997. Dissertação – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1997.

QUARTIERO, E. M.; CERNY, R. Z. Universidade Corporativa: uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação. *In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. (org.). Educação Corporativa, mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, 2005. p. 23-49.

SALMON, G. **Moderação E**: A chave para ensinar e aprender online. Londres e Nova York: Taylor e Francis, 2004.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: Subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 25 jun. 2019.

VIEIRA PINTO, A. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

WENGER, E. **Communities of practice**: a brief introduction. 2006. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/84d6/e4deccf799fbc-18c6a2b7a86911e62cbe78d.pdf?_ga=2.28961022.330388923.1563465176-1893039394.1563465176. Acesso em: 14 jul. 2019.

